



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

DATA DE INSCRIÇÃO	UNIDADE	Nº PA	LIVRO	FOLHA
01/02/2021	1ª PROCURADORIA DE DÍVIDA ATIVA	796.081	1	321

NESTA DATA, FOI INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA O DÉBITO COM O ESTADO DE MINAS GERAIS DA RESPONSABILIDADE DOS (S) SUJEITO (S) PASSIVO (S) ABAIXO IDENTIFICADO (S)

DEVEDOR

NOME: **Weber Americano**
ENDEREÇO: **Rua Dr. Virgílio Uchoa, 351, casa**
BAIRRO: **Belvedere** CIDADE: **Belo Horizonte** UF: **MG** CEP.: **30170131**
FILIAÇÃO:

CNPJ / CPF / OUTRO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

045.343.446-00

IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS E COOBIGADOS

CPF / CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO
0	N/A	- - /

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO

TERMO INICIAL DE CORREÇÃO	DESCRIÇÃO DO DÉBITO	VALOR ORIGINAL	ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA	VALOR CORRIGIDO
09/07/2019	Multa	R\$ 7.800,00	1,0753558	R\$ 8.387,78
	TERMO INICIAL JUROS	DESCRIÇÃO DO DÉBITO	ENCARGO JUROS	VALOR TOTAL
	29/09/2019	Multa	R\$ 1.425,92	R\$ 9.813,70
VALOR TOTAL DEVIDO			R\$	9.813,70

ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO

HISTÓRICO: "Multa administrativa. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG. Processo nº 796.081. SEI nº 1080.01.0086956/2020-10. Certidão de Débito nº 122/2020. Sujeito passivo acima identificado, Prefeito, na época, em razão da realização de despesas mediante procedimento licitatório irregularmente praticado, em desacordo com a Lei n. 8.666/93 - Dispensa n. 02/2008; 2) R\$4.000,00 (quatro mil reais) em razão da realização de despesas sem procedimento licitatório (art. 2º da Lei n. 8.666/93), com a aquisição de combustível, peças para veículos da saúde e educação, material de construção, contratação de prestadores de serviços de show artístico e caminhão espargidor de asfalto, no valor de R\$172.587,01; 3) R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) em razão de irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4."

INFRINGÊNCIA:

arts. 37, caput, XXI e 71, §3º da Constituição Federal; art. 76, §3º da Constituição Estadual; art. 75 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 2º da Lei nº 8.666/93

PENALIDADE:

art. 317 da Resolução nº 12/2008 do TCE/MG; art. 83, I da Lei Complementar Estadual nº 102/2008.

Certifico que, do registro de dívida ativa, consta a dívida acima descrita, a qual, até o seu efetivo pagamento, está sujeita a atualização monetária pelos índices divulgados pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de MG (art. 3º, parágrafo único, inciso I, da Resolução nº 13/13 do TCE/MG) e a juros de mora contados de forma simples e desde o último dia em que o pagamento da multa deveria ter sido realizado (art. 367, do regimento interno do TCE/MG) e nos índices de 0,5% ao mês até a vigência do novo Código Civil (Art. 1.062 do Código de 1916) e 1% ao mês após essa data (Art. 406 do Novo Código: *2001 = 5,0% ao ano de juros de mora - *2002 = 6,0% ao ano de juros de mora - a partir de *2003 = 12% ao ano de juros de mora.

Belo Horizonte

LOCAL

01/02/2021

DATA

AUTORIDADE COMPETENTE